

# MISOGINIA: O DISCURSO DE ÓDIO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DA MULHER

MACHADO, Evelyn Cláudio Ruvieri<sup>1</sup>

OLIVEIRA, Larissa Rúbia da Cunha<sup>2</sup>

OLIVEIRA, Nathália Dias Barbosa de<sup>3</sup>

CASICAVA, Yulli Espíndola Casicava<sup>4</sup>

BUOSI, Layane Machado<sup>5</sup>

## RESUMO

Este estudo está embasado em diferentes áreas do conhecimento, expondo as perspectivas das ciências humanas, sociais e da saúde sobre o tema proposto, sendo elas a Saúde Mental, o Poder do Discurso e os Estudos de Gênero. Neste trabalho, investigamos a existência da relação entre o discurso misógino e os consequentes prejuízos à saúde mental da mulher. Como método, fizemos uso da pesquisa qualitativa através da elaboração de uma revisão sistemática de literatura, artigos selecionados e distribuídos para serem discutidos de acordo com os tópicos a serem abordados em cada um deles, ou seja, temas relativos à saúde mental e sua relação com a questão de gênero, as relações de dominação e discriminação sobre o feminino e a presença da misoginia em diversos aspectos sociais. Embora os artigos selecionados não façam reflexões sobre a construção e a disseminação de conteúdo odioso direcionado a mulheres e seus impactos sobre sua saúde mental, não havendo, portanto, condições efetivas para respondermos ao objetivo aqui indicado, toda literatura analisada encaminhou este estudo para uma reflexão urgente acerca da relação entre papéis de gênero e saúde mental.

**Palavras-chave:** Discurso de ódio; Misoginia; Saúde mental da mulher.

## ABSTRACT

This study is based on different areas of knowledge, being able to expose the perspective of human, social, and health sciences about the proposed theme, being them Mental Health, the Power of Speech and Gender Studies. In this article, the objective is to verify if there is a connection between the misogynist discourse and the damages to women's mental health. It had as method the qualitative research through the elaboration of a systematic literature review. The selected articles were distributed to be argued according to topics addressed in each one, which were themes related to mental health and its association with gender, to relations of domination and discrimination, and about the presence of misogyny in various social aspects. However, the articles analyzed in this literature review do not reflect on the construction and dissemination of hateful content directed to women and even less on the impacts of this content on mental health. There were no conditions to answer the stated objective, but the analyzed articles lead this study to a reflection on the relations between gender roles and mental health.

**Keywords:** Hate speech; Misogyny; Women's mental health.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. E-mail: [evelyncrmachado@gmail.com](mailto:evelyncrmachado@gmail.com)

<sup>2</sup> Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. E-mail: [larissa.rubia2522@gmail.com](mailto:larissa.rubia2522@gmail.com)

<sup>3</sup> Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. E-mail: [tmnathi@hotmail.com](mailto:tmnathi@hotmail.com)

<sup>4</sup> Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. E-mail: [yulliespindola@gmail.com](mailto:yulliespindola@gmail.com)

<sup>5</sup> Professora Mestra, Orientadora do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. E-mail: [layane@univag.edu.br](mailto:layane@univag.edu.br)

## INTRODUÇÃO

O tema escolhido para esse trabalho de conclusão de curso (TCC) surgiu através de um interesse comum entre nós autoras sobre os estudos de gênero. Inicialmente, após debatermos acerca do recorte específico a ser realizado sobre a ampla discussão já realizada sobre a questão de Gênero, nos fora possível, após exposição de nossas considerações, destacarmos a Saúde Mental da Mulher, a Discriminação de Gênero e a Misoginia como tópicos de nossa pesquisa. A decisão por estes tópicos se deu, cabe ressaltar, pelo fato de termos notado, após uma breve busca sobre artigos que tratassem dessas temáticas (na plataforma *Google Scholar*), a ausência de artigos que tratassem dessas mesmas temáticas.

A elaboração do presente estudo teve início no segundo semestre do ano de 2020. Neste período, mais especificamente no Brasil, haviam discussões sociais e políticas acerca da divulgação de conteúdo odioso como forma de manipulação eleitoral. Essas discussões já haviam se tornado evidentes a partir de 2013, ano em que, em decorrência de disputas e polarizações políticas, os discursos evidenciavam determinada incitação à violência.

Neste contexto, observamos a presença de discursos de ódio como potencializadores da disseminação da misoginia. Vale recordar, como exemplo, a ampla campanha contra a ex-presidenta Dilma Rousseff que, após um golpe de estado, tornara-se alvo de diversas postagens em redes sociais repletas de discursos de ódio e planejamentos como forma de punição, justificados por um esquema de corrupção pelo qual havia sido acusada. Não por acaso, portanto, o discurso de ódio fora aqui selecionado como pilar à construção deste estudo, que relaciona o discurso misógino e a saúde mental da mulher.

Por esta razão, portanto, abrangeremos, neste trabalho, três grandes áreas de estudo para exposição da perspectiva das ciências humanas, sociais e da saúde sobre o tema apresentado. Isto, porque as questões que fazem parte da vivência do SER mulher, na atual sociedade, fomentam reflexões sobre as práticas presentes no cotidiano que acabam por naturalizar comportamentos que são prejudiciais à saúde e bem-estar das mulheres como um todo. Por este motivo, o estudo aprofundado sobre tais práticas se torna imprescindível para averiguação científica de suas consequências.

Como é de amplo conhecimento, a mulher foi (e ainda é) aviltada ao longo dos séculos. As práticas responsáveis por isso remontam a maneira como a sociedade se solidificara e se organizara, ou seja, sua construção social, política e econômica fortemente pautada na submissão de um determinado grupo em função do outro (SOUZA, 2015). Averiguar as consequências destas práticas, certamente, se faz necessário para que elas sejam repensadas e, dessa forma, modificadas,

considerando, sobretudo, que as consequências dessas práticas ocorrem não somente na esfera psíquica como, também, na esfera física e, como predito, na esfera social.

O estudo de gênero, apesar da atual e expressiva notoriedade, é um campo de pesquisa recente, ocupando o corpo de trabalhos acadêmicos há aproximadamente 60 anos. Anteriormente à década de 60, o assunto era mencionado somente em notas de rodapé já que, até então, mulheres cientistas eram constantemente marginalizadas e invalidadas. Somente a partir dos anos de 1960/70 é que passaram a ser consideradas e ocupar espaços de fala em movimentos estudantis e científicos. A princípio, o conceito de gênero fora adotado para atribuir à área um caráter coerente, neutro e científico. Entretanto, ainda hoje, autoras feministas questionam a denominação ao afirmarem que o termo Gênero esconde o real objeto de estudo do campo, ou seja, a Mulher. (LOURO, 1995)

Diferentemente do que se acreditava em décadas passadas, o Gênero diz respeito às práticas e construções sociais e culturais, sendo um processo dinâmico e constante. Dessa forma, o processo de constituição dos papéis de gênero é mutável em cada sociedade e de contínua construção ao longo da vida dos sujeitos. Assim, o gênero não somente é determinante no aspecto social e nos comportamentos, bem como o é na constituição da subjetividade, da identidade, das concepções e crenças, das formas de sofrimento dos sujeitos e até mesmo das possíveis vivências que estes possam vir a experimentar. (LOURO, 1995)

Em sua obra, Louro (1995), afirma que o gênero é concebido dentro das instituições, o que significa que performar determinado gênero implica na forma como o indivíduo percebe a si e aos outros. Esta categoria constitui o sujeito em seus mais diversos aspectos, ou seja, o feminino e o masculino ditam as relações a serem concebidas, mas acima de tudo, gênero diz respeito ao poder e à distribuição do poder social, político e econômico.

Historicamente, as lutas feministas (sempre no intuito de ocupação de espaços na sociedade) remontam a séculos. Couto-Oliveira (2007) traça uma linha temporal acerca das conquistas e dificuldades experienciadas por brasileiras em sua busca por autonomia. Durante o séc. XIX, as mulheres alcançaram o direito por frequentar mercados e ruas, por exemplo. Já no séc. XX, conquistaram a jurisprudência à educação e garantia de seu espaço nos meios acadêmicos, no trabalho e na participação social e política, tudo, por meio de organização de assembleias e criação de partidos voltados para a luta feminista, garantindo, também, a conquista do voto feminino e a organização de movimentos pela emancipação feminina.

Por outro lado, as conquistas e direitos não chegaram da mesma forma para todas as mulheres. Couto-Oliveira (2007) discorre sobre o fato de que, para mulheres de classe média e alta, a conquista ao trabalho trouxe autonomia, independência financeira e possibilidade de escolha no que concerne o matrimônio que, até então, ocorria de maneira determinada com vias ao benefício financeiro, alianças políticas e sociais. Contudo, no que tange mulheres pobres, o trabalho tinha por objetivo a

fuga da miséria e da fome. Independentemente do papel exercido pela mulher pobre, ela sempre fora subjugada, vilipendiada e desvalorizada pela sociedade, seja pela condição de ser mulher, seja em decorrência de sua vulnerabilidade e miséria.

Segundo Couto-Oliveira (2007), as relações de gênero são compostas de quatro estruturas elementares: os símbolos culturais contraditórios; as relações sociais pautadas nas diferenças percebidas entre os sexos; as relações sociais pautadas na binaridade feitas pela família e instituições e pela identidade subjetiva. A primeira diz respeito à construção simbólica do ser mulher na cultura. Esta proposição é responsável pela constituição de um ideário de mulher e homem em cada cultura e sociedade. A segunda estrutura, impõe um lugar social e simbólico fixo para os gêneros, responsável pela naturalização dos papéis como um caráter normativo. A terceira traz consigo o conceito de gênero associado ao sexo, transpondo tal binaridade (feminino e masculino), levando-o a ser considerado sob os mais diversos aspectos sociais. Já a quarta, por sua vez, diz sobre a relação que o gênero estabelece entre a subjetividade e a construção da identidade dos indivíduos.

As consequências das violências perpetradas sobre a mulher acabam, certamente, se estendendo aos serviços públicos de saúde. Guedes, Silva e Fonseca (2009) tratam, em sua obra, sobre a invisibilidade sofrida pela mulher em situação de violência. As autoras explicitam que alguns dos pontos que culminam na ocorrência do descaso por parte dos agentes públicos estão relacionados aos estereótipos de gênero e à medicina biológica que direcionam seu olhar para a cura de sintomas físicos e acabam por ignorar fatores subjetivos do sofrimento.

Cabe ressaltar que a violência se apresenta em várias faces, sendo atroz em todas, o que significa afirmar que a violência de gênero é alimentada ferozmente pela desigualdade presente e, suas consequências, culminam em sequelas físicas, em distúrbios de alimentação, em distúrbios sexuais, estresse pós-traumático e depressão.

As violências e desigualdades entre os gêneros supracitados só se tornaram possíveis devido a uma densa e amplamente estruturada construção social e cultural, o patriarcado, um sistema de funcionamento sociopolítico e econômico pautado na dominação de mulheres e crianças, objetificadas e tidas como propriedades do homem, que possui poder sobre todas as esferas da vida dessas “propriedades” (SOUZA, 2015).

No que tange a disseminação de ideias misóginas, Escobar (2019) argumenta acerca dos discursos de ódio como responsáveis por sua incitação. O discurso, como sabemos, é um instrumento muito eficaz no processo de dominação e construção de poder. Foucault (1996) nos apresenta o discurso como um sistema regido por regras para a construção da realidade, capaz de construir o sujeito à medida em que ele próprio localiza sua posição no mesmo discurso. Este, construído historicamente, é mutável e se altera variando conforme o contexto, as relações sociais e de poderes e, acima de tudo, de quem o detém, ou seja, aquele que domina o discurso, domina também os

mecanismos de poder, e mais além, domina todos os corpos. É certo que o discurso apontado pelo filósofo não diz respeito ao conjunto de palavras ditas, mas, sim, à estrutura que perambula por meio do que é dito ou não, entre a verdade e a mentira, o que é válido e inválido, construindo o simbólico e o conhecimento.

É inegável, neste sentido, que o ser mulher traz consigo complexas experiências e percepções acerca do mundo, por isso a relevância de atentarmos para como a mulher lida e lidará com tais experiências. A saúde mental, enquanto ciência e área de atuação, é frequentemente descrita por seus teóricos como extensa, complexa e plural, contendo um vasto conteúdo produzido e abrigando diferentes áreas do conhecimento. Assim, hoje debate e questiona paradigmas dentro de seu próprio espectro, como o conceito de doença, saúde e normalidade. (AMARANTE, 2007)

Dentre alguns dos aspectos abordados na saúde mental, como já afirmado, está presente o gênero e a relação que suas construções exercem com o estado mental dos indivíduos. Em sua obra, Zanello e Silva (2012), relatam haver uma relação entre o gênero e a prevalência de psicopatologias que vão para além de um caráter biologizante, como lugares e papéis sociais engendrados.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo é resultado de uma pesquisa qualitativa realizada por meio da elaboração de uma revisão sistemática de literatura. Como nos mostra Minayo (2001), as pesquisas qualitativas buscam analisar e compreender as significações atribuídas e as relações estabelecidas, ou seja, não garantir maior visibilidade ao fenômeno propriamente dito, embora, apesar de opostas, tanto a quantificação, quanto a expressão de variáveis, não se eliminem em sua concepção.

De acordo com Chizzotti (2000), a pesquisa qualitativa é fundada em uma relação de interdependência entre o real e a subjetividade do sujeito, ou melhor, a quantificação dessa relação inexequível, devido a não neutralidade do objeto, se dá através da significação do mundo. Assim, estudar o sujeito de maneira isolada, não considerando seus contextos e simbologias, reduz o conhecimento e a complexidade do indivíduo a simples produção de variáveis.

A revisão bibliográfica, portanto, se mostrou de suma importância à medida em que investigamos e analisamos o conhecimento produzido acerca do objeto de nosso estudo, garantindo o suporte necessário para que pudéssemos construir hipóteses e possíveis resoluções ao problema proposto. Segundo Bento (2012), este tipo de revisão oferece não somente uma contextualização no que concerne o objeto, mas também um embasamento metodológico ao garantir ao pesquisador acesso a diversos métodos de investigação e coleta de dados, além de proporcionar a capacidade de distinção entre conteúdos que possam vir a ser relevantes ou não para o estudo.

Por esta razão utilizamos três palavras-chave de busca (saúde mental da mulher, misoginia e discurso de ódio) e consequente elaboração de critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos artigos analisados.

Dessa maneira, a primeira etapa de seleção dos artigos foi a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. O primeiro diz sobre a inclusão de artigos escritos, em língua portuguesa, nos últimos 10 anos, ou seja, de 2011 a 2021, hospedados no *Google Scholar* e publicados pelo *Scielo* e *BVS-Psi*. Outra exigência diz respeito ao descritor utilizado na busca, que deveria estar no título ou resumo do artigo, sendo necessário que este mesmo descritor estivesse presente até a página 3 da plataforma, critério adotado em decorrência da repetição de artigos a partir da terceira página.

Assim, decidimos pela exclusão de trabalhos publicados anteriormente ao ano de 2011, escritos em outros idiomas que não o português, que estivessem em outras plataformas distintas às adotadas em nossa pesquisa, bem como os que não apresentassem as palavras-chave por nós selecionadas.

Para a realização da primeira busca utilizamos o descritor “Discurso de Ódio”. Neste primeiro momento, até a página 3 da plataforma, haviam seis artigos que se encaixavam nos critérios aplicados, todos hospedados no *Scielo*. Contudo, após realização da segunda etapa, não foram selecionados nenhum destes artigos. Isto ocorreu, pois os objetivos e escopo do trabalho não se mostravam compatíveis aos objetivos deste estudo, ou seja, os artigos tratavam de uma discussão jurídica acerca do conceito e sua aplicabilidade penal.

Para nossa segunda busca utilizamos o termo “Misoginia”. Após a aplicação da primeira etapa de filtragem, selecionamos sete artigos. No entanto, após a segunda etapa restaram três artigos para composição deste estudo. A exclusão dos demais se deu em decorrência de seus aspectos relacionados a religião, biografias e estudos acerca da Inquisição no período colonial.

Na terceira, relacionada ao descritor “Saúde Mental da Mulher”, surgiram quatorze artigos. Porém, após a segunda etapa, restaram apenas cinco. Isto, devido a amplitude de aspectos que podem ser abordados dentro deste campo. Assim, após a leitura das introduções, verificamos que somente cinco artigos contemplavam os objetivos deste estudo. Os demais agregavam em seu escopo crianças e mulheres com algum tipo de comorbidade, em sua maioria, a saúde mental perinatal e a saúde mental de familiares de mulheres em sofrimento psíquico.

## **RESULTADOS**

Para a melhor compreensão acerca da elaboração da revisão de literatura apresentada, confeccionamos uma tabela que discorre sobre a seleção de artigos aqui contemplados. Elencamos, por meio dela, os resultados encontrados na busca pelos descritores selecionados e a plataforma na

qual estavam alojados. A primeira coluna diz sobre a palavra-chave utilizada, a segunda, revela a quantidade de artigos publicados pelo *BVS-Psi*, a segunda, aos artigos publicados pelo *Scielo* e, a terceira, expõem a quantidade de artigos selecionados em cada plataforma.

**Tabela 1:** Resultados da busca por palavra-chave/plataforma

<b>Palavra-chave:</b>	<i>BVS-Psi</i>	<i>Scielo</i>	<b>Selecionados</b>
Saúde Mental da Mulher	0	14	5
Misoginia	0	7	3
Discurso de Ódio	0	6	0

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A primeira palavra-chave, “Saúde Mental da Mulher”, revelou um total de 14 artigos que poderiam ser relevantes em um primeiro momento, entretanto, após uma análise acerca dos temas tratados, foram selecionados 5 artigos para comporem este estudo. Já a segunda palavra-chave, “Misoginia”, mostrou um total de 7 artigos no primeiro momento, porém, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 3 artigos. Já a terceira palavra-chave, “Discurso de Ódio”, teve um total de 6 artigos encontrados, contudo, tais artigos contemplavam somente o aspecto jurídico da discussão, ou seja, os assuntos discutidos nestas obras não se mostraram compatíveis com o objetivo deste estudo.

Sendo assim, selecionamos o total de 8 artigos. Vale ressaltar, que todas as obras selecionadas para esta revisão de literatura foram publicadas pela plataforma *Scielo*. Já a plataforma *BVS-Psi* não apresentou artigos pelos critérios de inclusão e exclusão aqui adotados.

A tabela 2, por sua vez, foi elaborada com o intuito de apresentar, de forma sistemática, os resultados encontrados nos artigos selecionados. Assim, a tabela se apresenta em quatro colunas e é composta de 8 artigos. A primeira coluna trata do ano em que o artigo foi publicado, a segunda consiste na apresentação do método utilizado para a elaboração do artigo. Já a terceira coluna contempla os principais tópicos tratados e, a quarta, revela o objetivo descrito da obra.

**Tabela 2:** Revisão de literatura sobre o Discurso de Ódio e a Saúde Mental da Mulher,

<b>Ano</b>	<b>Método</b>	<b>Ênfase Abordada (principais tópicos)</b>	<b>Objetivo</b>
2012	Pesquisa qualitativa constituída de uma revisão de literatura.	Relação entre gênero, etnia e saúde mental	Analisar pertencimentos identitários, sobretudo, características relacionadas à etnia e gênero e suas intersecções na saúde mental.
2014	Pesquisa Quanti-Qualitativa, fazendo uso de questionário sócio-demográfico-ambiental.	Gênero, trabalho e saúde: os fatores relacionados ao sofrimento.	Prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) e os possíveis fatores relacionados a emergências de tais transtornos entre mulheres.
2014	Pesquisa qualitativa, fazendo uso de entrevistas semiestruturadas.	Violência contra as mulheres e saúde mental; Centro de Referência; Hospitais Psiquiátricos; Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); Unidade Básica de Saúde; Casa Abrigo.	Conhecer o acolhimento e atenção direcionados às mulheres com demandas em saúde mental nos serviços especializados para o enfrentamento da violência contra as mulheres e na rede de atenção psicossocial e hospitalar no município de Natal/ RN.
2015	Pesquisa qualitativa de caráter descritivo.	Diferenças entre as experiências e as possíveis causas de sofrimento psíquico de acordo com o gênero do sujeito.	Investigar relação da participação dos valores e ideais de gêneros presentes no sofrimento psíquico de pacientes em crise.
2019	Pesquisa qualitativa constituindo-se de uma revisão de literatura.	Práticas de violência e dominação no trabalho predominantes frente às mulheres e LGBTQs; Percepção de práticas de violência e dominação em contextos laborais.	Contribuir e promover o trabalho inclusivo a mulheres e LGBTQs.
2019	Pesquisa qualitativa constituindo-se de uma revisão de literatura.	Algumas notas sobre o conceito de fascismo; O conto da aia e a expressão do protofascismo no Brasil.	Analisar os impactos do discurso com elementos protofascistas sobre mulheres e a possibilidade de uma retirada de direitos.

2021	Pesquisa qualitativa constituindo-se de uma revisão de literatura.	Quatro aspectos escolares para os quais a antropologia pode contribuir.	Demonstrar alguns impasses na relação entre escola, campo educacional e cultura brasileira e o quanto a escola ainda não está preparada para o reconhecimento e o acolhimento da diferença e da diversidade.
2021	Pesquisa Quanti-Qualitativa, fazendo uso de entrevistas semiestruturadas.	Percepções dos profissionais de saúde Mental sobre a violência contra mulher e seus fundamentos; A relação entre violência contra mulher e adoecimento; Intervenções profissionais de enfrentamento à violência contra a mulher; políticas públicas e desafios atuais no enfrentamento a violência contra a mulher.	Compreender as percepções e práticas de profissionais de um CAPS diante da violência contra mulher.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A fim de garantir a sistematização dos dados e facilitar a sua visualização, elaboramos a tabela 2. A primeira coluna, relativa ao ano de publicação, norteou a ordem em que os artigos foram organizados, ou seja, a disposição, em ordem crescente, de acordo com o ano de publicação.

A segunda coluna, relativa à metodologia, demonstrou que seis artigos elencados utilizavam, como metodologia, a pesquisa qualitativa, entre eles, quatro baseados em uma revisão sistemática de literatura, enquanto dois desses artigos se constituíam da utilização de entrevistas semiestruturadas e questionários como instrumentos de coleta de dados. Dois destes artigos são constituídos de uma pesquisa quanti-qualitativa, também fazendo uso de tais instrumentos.

Na terceira coluna, garantimos ênfase à abordagem relacionada aos diversos aspectos relacionados aos descritores aplicados neste estudo. Assim, os tópicos abordados trataram de temas relativos à saúde mental e sua relação com gênero (ROSA; CAMPOS, 2012; COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014; BARBOSA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014; ZANELLO; FUIZA; COSTA, 2015; TEIXEIRA; PAIVA, 2021), às relações de dominação e discriminação (CORTEZ et al, 2019; VAZQUEZ, 2019) e acerca da presença da misoginia em diversos aspectos sociais (FREITAS, 2021).

A quarta coluna, consiste na descrição do objetivo de cada artigo em suas especificidades. Todos se concentram nas relações de gênero, porém, sob diferentes perspectivas, como trabalho, atendimento às usuárias da Rede de Atenção, impactos políticos sob os comportamentos femininos e, sobretudo, à investigação da situação da mulher na atual sociedade como gatilho de sofrimento psíquico.

O primeiro artigo analisado, de Rosa e Campos (2012), se concentra nas relações que gênero e etnia estabelecem com a saúde mental dos sujeitos. O artigo traz reflexões acerca da identidade construída pelo indivíduo estabelecendo um paralelo entre a temática e sua contextualização na saúde mental brasileira. A revisão de literatura realizada pelas autoras nos possibilita a conclusão de que a mulher se mostra como categoria com vulnerabilidade mais explicitada no que tange incidência de transtornos mentais leves, ou seja, relacionam a saúde-doença com o contexto hierárquico social e, principalmente, a violência contra a mulher em diversos contextos.

Da mesma forma, Costa, Dimenstein e Leite (2014) realizam uma investigação sobre as relações entre o gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais, mais adiante, observam as condições de vida dessas mulheres sob a perspectiva da Psicologia Social Comunitária. Os autores iniciam a discussão contextualizando a ocupação de terras e o processo de assentamento, bem como explicitam a existência de uma escassez de estudos acerca do tema.

Através da aplicação de um questionário que levava em conta aspectos sociais, demográficos e ambientais a 195 moradores de um assentamento na região de Mato Grande, no Rio Grande do Norte, os autores concluíram que a população assentada apresenta grande vulnerabilidade em diversos aspectos, com ênfase na mulher, como público mais afetado pela pobreza e falta de acesso a serviços públicos de saúde, em decorrência de questões sociais experimentadas pelo gênero, somadas às questões experimentadas pela população rural (Ibid 2014).

O terceiro artigo, de Barbosa, Dimenstein e Leite (2014) disserta sobre a saúde mental de mulheres em situação de violência e o acolhimento realizado pelos serviços especializados nesta demanda. O estudo faz um percurso por estes serviços, tendo início no Centro de Referência Mulher Cidadã/RN, seguidos por dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dois Hospitais Psiquiátricos, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma Casa Abrigo. Este percurso teve como objetivo verificar como era realizado o acolhimento das mulheres em situação de violência que apresentavam transtornos mentais. Tal estudo concluiu que os profissionais responsáveis pelo acolhimento dessa população específica apresentavam dificuldades, ressaltando um certo incômodo no recebimento de tal demanda, principalmente, em decorrência da presença de determinado transtorno mental.

O artigo de Zanello, Fiuza e Costa (2015) realiza entrevistas com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial de Brasília visando investigar a relação do gênero para compreensão do sofrimento psíquico. Ao contrário dos demais artigos aqui analisados, este conta com entrevistas de

homens para sua construção, demonstrando as diferentes perspectivas e experiências por eles vivenciadas. Os autores explicam que o sofrimento psíquico mostrou, em sua pesquisa, estar profundamente relacionado aos estereótipos de gênero, ou seja, por meio dos relatos foi possível observar que o sofrimento estava naquilo que ambos não poderiam performar, ou seja, naquilo que é socialmente esperado do ser mulher e do ser homem.

Na quinta linha da tabela 2 abordamos o artigo de Cortez et al. (2019). A partir dele abordamos uma discussão sobre as relações de poder e dominação no trabalho e o sexismo, a misoginia e a LGBTfobia no Brasil. O texto discorre sobre práticas de dominação no ambiente de trabalho, que tendem a inserir mulheres e LGBTQs em situação de violência, demonstrando o quanto estas mesmas práticas explicitam a segregação social dentro e fora do local de trabalho. Segundo os autores, a rigidez na qual é constituída a organização social dificulta a prática do trabalho inclusivo.

O sexto artigo analisado, Vazquez (2019), faz um comparativo entre misoginia presente nas políticas de Estado no Brasil e “O Conto da Aia”, série lançada em 2017 e inspirada no romance de *The Handmaid’s Tale*, de *Margaret Atwood*, publicado em 1985. Expondo reflexões acerca das políticas evidenciadas durante as eleições brasileiras de 2018, a autora defende a existência de uma expansão profascista no país, demonstrando que as políticas desenvolvidas pelo atual governo brasileiro agem no sentido de fragmentar os direitos conquistados pelas mulheres.

Para uma demonstração do quanto o comportamento humano é fortemente influenciado pela vivência em sociedade, justamente por estar imerso em sua cultura, Freitas (2021), em sua perspectiva antropológica, por exemplo, discorre sobre o contexto escolar frente à educação indígena, sobre o combate a misoginia e a LGBTfobia e sobre a discriminação contra a cultura afro-brasileira. Para o autor, a escola, observada a partir do contexto educacional ocidental, vem exercendo a função de reprodutora de desigualdades sociais e, por esta razão, defende uma maior interferência da antropologia neste cenário, com vias ao desenvolvimento de uma perspectiva mais abrangente da realidade e de uma educação inclusiva.

Por fim, o último artigo da tabela 2, de Teixeira e Paiva (2021), ao demonstrar a relação entre a violência contra mulher e o adoecimento mental, sob uma perspectiva de profissionais de um CAPS, apresenta como assimétricas as relações de gênero, em decorrência da violência, expondo, dessa forma, dados acerca da violência contra a mulher no Brasil. Percebemos, cabe ressaltar, a ocorrência reiterada, por parte de profissionais, da culpabilização da mulher em relação às violências por elas sofridas, o que, certamente, contribui para sua naturalização. Dessa forma, defendemos a ampliação de estudos para os profissionais da Saúde Mental para que haja, de fato, intervenções efetivas para tais demandas.

## DISCUSSÃO

Como predito, o presente estudo verificou a existência da relação entre o discurso misógino e a saúde mental da mulher. Levando em conta os critérios de inclusão e exclusão e a metodologia de busca adotados para esta revisão de literatura, observamos que, apesar de ocorrer uma crescente ampliação dos estudos de gênero e das relações sociais de dominação e poder, os artigos analisados não faziam reflexões acerca da construção e a disseminação de conteúdo odioso direcionado a mulheres e, sobretudo, sobre os impactos desses conteúdos sobre sua saúde mental.

Entretanto, percebendo a indispensabilidade desta discussão, agregamos artigos externos à nossa revisão de literatura, ainda que não se adequassem aos critérios adotados nesta revisão, quais sejam, (CAPRA, 2005; COUTO-OLIVEIRA, 2007; BARROS; MELLO, 2018; ESCOBAR, 2019), que não se encaixavam nos critérios de inclusão de ano de publicação e/ou de publicação pelas plataformas *Scielo* e *BVS-Psi*, bem como dados estatísticos publicados por órgãos governamentais como IBGE e Agência Brasil.

Considerando o discurso como um potente instrumento de dominação, se fez necessário a compreensão de como a misoginia se manifesta no discurso de ódio. Segundo Barros e Mello (2018), este último ocorre quando o discurso é usado com intuito de inferiorizar, ofender e humilhar uma pessoa ou grupo, levando em conta seus aspectos relacionados ao gênero, à raça e à etnia. Dessa forma, o discurso de ódio, especificamente voltado para mulheres, em sua maioria, incita a violência como forma de punição e julgamento a respeito de qual seja a postura feminina merecedora, ou não, de violências. (ESCOBAR, 2019)

É evidente que a problemática circunda os diferentes aspectos sociais e, é por esta razão, que decidimos pelas reflexões sobre a existência da misoginia e sua manifestação através do discurso odioso. Em sua obra, Escobar (2018) defende que a misoginia tem se manifestado em decorrência de uma ruptura do ideal de feminino socialmente instalado. Como anteriormente afirmado, o ideal de mulher se constrói na submissão da mulher para com o homem, bem como na renúncia dela para consigo em detrimento do outro, ou seja, em nome de uma disponibilidade integral.

Considerando que o discurso de ódio tem como primazia humilhar, ofender ou degradar um grupo, o discurso misógino objetiva proferir sobre mulheres conteúdos odiosos que atacam, principalmente, seus comportamentos, uma forma de disseminação e perpetuação da discriminação e, sobretudo, uma demonstração de dominação em que, independente do contexto e de seu posicionamento, o misógino detém o poder de julgar e expor mulheres que, segundo ele, possuem um comportamento tido como “inadequado” ou “indesejado”. (ESCOBAR, 2018)

Dessa maneira, e considerando o conteúdo misógino dos discursos, torna-se necessário uma diferenciação entre machismo e misoginia. O primeiro diz respeito a crença na superioridade

masculina, em que o homem, superior, se sobressai a mulher, tida como inferior para quaisquer atividades relacionadas a aptidões pertencentes somente ao gênero masculino, desqualificando a mulher em todos os aspectos. O segundo, por sua vez, vai além, demonstra um forte conteúdo emocional pautado no ódio e aversão pelo feminino. Há, na misoginia, um construto idealizado sobre o ser mulher e, sua não performatização, segundo esta lógica, é passível de punição. Aqui, portanto, há uma disseminação de ódio ao feminino decorrente de uma crença em que mulheres sejam merecedoras das mais diversas e absurdas formas de violência simplesmente pelo fato de serem mulheres, ou seja, uma completa desumanização do sujeito. (ESCOBAR, 2019)

A ideia de uma superioridade masculina, num sistema pautado na dominância e no controle da mulher, fez surgir o completo ódio e aversão por elas. A crença em torno de um ideal feminino, marcado pela sua subserviência e aparente disponibilidade de servir às necessidades e desejos masculinos, auxilia para a corroboração de estereótipos dualistas do que seja a mulher boa e a mulher má. Ora, sendo o patriarcado a base sob a qual foi erguida toda a construção social, política e econômica, é justamente ele o berço constitutivo da misoginia. (ESCOBAR, 2019)

Ser mulher na atual sociedade implica em experienciar vivências de violências físicas, psicológicas e sexuais, ausência de liberdades básicas sobre o próprio corpo e sobre seu comportamento; implica em uma disparidade salarial em relação a homens, invisibilidade em serviços públicos e invalidação emocional e intelectual. A produção de práticas de violência e dominação são refletidas em diversos contextos das vivências femininas, sendo um espelho da organização social, ou seja, da hierarquização do gênero. A falácia liberalista do empoderamento se explicita quando Cortez et al. (2019, p. 9) afirma que “mulheres supostamente empoderadas” exercem práticas violentas e de dominação contra outras mulheres.

Jornadas triplas de trabalho, maior qualificação no contraponto de salários inferiores e ausência de liberdades corporal e sexual são aspectos comuns ao gênero feminino. Couto-Oliveira (2007) explica que múltiplas jornadas de trabalho sempre estiveram presentes no cotidiano da mulher, principalmente das mais pobres, ela é a mãe, responsável pelos filhos e pela casa, a esposa que cuida e responde ao marido e, também, a profissional. Quando pobres, não conseguem gerar renda suficiente para seu sustento, estão sujeitas à informalidade, à condição de mão de obra barata e à exclusão social, lhes sendo retirados os direitos e serviços mais básicos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), apesar de apresentarem maior escolaridade que os homens, as mulheres ainda não veem isso refletido no mercado de trabalho, pelo contrário, segundo o Censo 2020, estima-se que a mulher receba 20,5% a menos que os homens, que ainda ocupam a maioria das funções organizacionais, levando mulheres a recorrerem a informalidade laboral ou a inatividade. A Empresa Brasil de Comunicação (2020) denuncia que a disparidade salarial voltou a aumentar após alguns anos de queda, acrescentando que

profissões compostas majoritariamente por mulheres são ainda mais desvalorizadas e que em 70% de profissões de ensino superior as mulheres recebem menos.

É possível perceber que os papéis de gênero se fazem tão bem estruturados e que, apesar de mutáveis através dos anos e sociedades, se mostram profundamente rígidos quanto a permissão de outras possibilidades, de modo a impor o aceitável e o não aceitável, bem como o natural e não natural. (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015)

Neste contexto, ocorre a violência de gênero, gerada devido a desigualdade existente. Estabeleceu-se uma cultura onde a mulher se vê subjugada e subordinada ao homem. A violência, seja ela em qualquer uma de suas faces, reflete a força e poder que a sociedade entrega ao homem o que culmina na dominação da mulher. (ESCOBAR, 2019).

Tendo em vista que os conteúdos sobre o tema aqui proposto não nos proporcionaram condições para responder ao objetivo indicado, ou seja, investigar a existência e/ou influência da relação do discurso de ódio sobre a saúde mental da mulher, este estudo se concentrou em realizar reflexões sobre os papéis de gênero e saúde mental.

Dessa forma, dedicamos nossa atenção em dissertar sobre a forma como o machismo orienta diversos comportamentos, atravessando sujeitos e determinando seu contato com a realidade. Teixeira e Paiva (2021) trazem uma perspectiva de profissionais da Saúde Mental de um dispositivo da Rede de Atenção especializado no combate à violência contra mulher e fica evidente, neste estudo, que até mesmo o acolhimento dessas demandas é atravessado pela visão distorcida do machismo. Através das análises realizadas pelas autoras, nos foi possível observar como estes comportamentos de hegemonia masculina deturpam a realidade e estão enraizados nas práticas e nos diversos contextos.

Ocorre nestes dispositivos uma desqualificação do discurso da mulher em situação de violência, já que muitas vezes é vista como poliqueixosa e, para além disso, de maneira equivocada, profissionais denunciam a violência psicológica (a mais comum e letal), mas não buscam e/ou não se atentam aos seus sintomas por se atentarem somente nos sintomas físicos de agressão. (TEIXEIRA; PAIVA, 2021)

Quando se observa a História, verificamos que a sanidade feminina sempre pode ser posta em xeque diante de mínimos questionamentos masculinos, já que sempre fora atribuído a elas psicopatologias que levavam em conta somente sua natureza biológica, não considerando, dessa forma, outros diversos aspectos relevantes.

Tais afirmações trazem à tona duas reflexões acerca da influência do contexto social e a forma como a saúde mental ainda é observada. A primeira, é o modo como a sociedade patriarcal se encarrega da elaboração de um pensamento coletivo, que coloca a mulher em lugar de culpada pela violência sofrida, desconsiderando seus relatos e negligenciando o sofrimento trazido, por haver a

preexistência de um transtorno mental na usuária do serviço. (ROSA; CAMPOS, 2012; BARBOSA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014; TEIXEIRA; PAIVA, 2021)

A segunda reflexão diz respeito ao olhar biomédico pautado em um caráter reducionista dos sujeitos, retirando dele a integralidade e o definindo como ser exclusivamente biológico. Essa perspectiva médica de atuação, de certa forma, inviabiliza o tratamento da saúde mental. Para além de causas biológicas, existem causas sociais geradoras de um adoecimento da mulher, ou seja, a prevalência de transtornos mentais em mulheres é explicada como um reflexo das condições sociais a qual esta parcela é submetida (CAPRA, 2005).

A organização social, política e econômica, dessa maneira, favorece a dominação da mulher, constantemente aviltada, invisibilizada e sujeitada diariamente às expressões do machismo de uma sociedade misógina. Nestas reflexões, portanto, destacamos que o déficit no acolhimento, ou até mesmo o acolhimento pautado em uma escuta que reflete as relações de poder, faz com que ocorra uma nova experiência de violência dentro de uma unidade especializada em seu combate. (BARBOSA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014; TEIXEIRA; PAIVA, 2021)

É simplista afirmar que o adoecimento mental decorra somente da esfera biológica. Como predito, ser mulher implica em vivências específicas que contribuam para o seu sofrimento psíquico, questões relativas aos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que incluem a pobreza, a violência, a escassez no acesso a políticas públicas, somadas às duplas jornadas de trabalho (e às experiências típicas do gênero), que corroboram para que a mulher seja, ainda, considerada parte de um grupo vulnerável no que tange o reconhecimento da saúde-doença. (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014; ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015)

Os quatro elementos estruturais do gênero, discutidos por Couto-Oliveira (2007), refletem sobre a constituição e a manutenção dessa temática, indagando sobre a forma como essa manipula o contato com a realidade, elaborando uma dualidade que contorna a perspectiva de ideário feminino, sugerindo que a hegemonia masculina seja necessária, senão para a proteção da mulher boa, indefesa e frágil, pelo menos, para a domesticação da mulher má, selvagem e dissimulada.

Na mesma direção, Zanello, Fiuza e Costa (2015), discutem a forma como os papéis de gênero interferem no conteúdo do sofrimento psíquico e se torna explícito quando afirmam que o sofrimento da mulher se encontra no não cumprimento dos papéis que socialmente competem a ela, sendo possível verificar quão grande é a influência dos papéis de gênero na vivência humana, ou seja, o sofrimento da mulher é cercado pelo não exercício de determinadas funções, pois enquanto o homem sofre por não conseguir desenvolver funções laborais ou atividades voltadas para sua autonomia no papel de provedor, a mulher sofre por não desenvolver atividades atreladas ao cuidado do outro, ladeada pela abnegação de si em prol da família e da submissão silenciosa.

Neste sentido, tal submissão e demais violências devem ser explicadas por meio do entendimento e compreensão da naturalização do lugar e da função estabelecida pelo gênero, que constrói o que se entende por ser homem e ser mulher, estabelecendo uma normatividade e, para além disso, não permitindo questionamentos sobre outras possibilidades, o que rejeita e desqualifica quaisquer outras formas de contato com a realidade, pelas lentes da binaridade (COUTO-OLIVEIRA, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos foi possível verificar que, apesar de haver uma ampla discussão acerca dos estudos de gênero, investigações que dialogam sobre esta temática, sob o campo da Saúde Mental, ainda são incipientes. Ainda que constituído de extensas áreas de atuação, o presente estudo encontrou dificuldades para sua elaboração. Sob uma perspectiva técnica, as análises realizadas não foram capazes de responder ao objetivo proposto, ou seja, não foi possível verificar se há uma relação direta entre o discurso misógino e saúde mental da mulher, bem como, investigar se existem impactos do primeiro sobre o segundo e quais seriam eles.

Contudo, quando se considera que, sob uma perspectiva foucaultiana, o discurso se constrói sob aquilo que é dito e não-dito, não sendo somente a estrutura exposta, mas seus interditos, cremos na existência de uma relação e no alcance do objetivo predito. Isto, porque os artigos analisados descreveram as idiosincrasias de uma sociedade que subjuga a mulher e o feminino, sendo desta retirados créditos e direitos em decorrência de uma estrutura social apática à sua condição.

Neste estudo, consideramos o aspecto laboral, educacional, a saúde mental e historicidade da mulher como ser social e observamos que a binaridade e a verticalidade em que a sociedade é organizada propiciam e impulsionam o homem ao extremo superior e a mulher ao extremo inferior de poder, não deixando de ressaltar o predomínio do discurso organizado, transferido e moldado pela misoginia, reduzindo a mulher à uma espécie de “lacaio” social.

Os artigos analisados encaminham este estudo para uma reflexão acerca da relação entre papéis de gênero e saúde mental, sendo possível inferir que a performatização do gênero contribui para o sofrimento psíquico, uma vez que este dita os comportamentos e as formas de sofrimento dos indivíduos. Para além disto, o gênero se mostrou como parte essencial da construção social, não somente elaborando a forma com que o indivíduo se apresenta ao mundo, mas também, em sua forma de organização na realidade. Sendo assim, o gênero se apresenta como a lente pela qual os indivíduos se percebem no mundo.

Por fim, e considerando que, tecnicamente, não tivemos arcabouço teórico capaz de nos proporcionar o estabelecimento de uma relação direta entre o discurso misógino e sofrimento psíquico

em mulheres, deixamos, aqui, a sugestão para a realização de mais estudos referentes a esta temática, reiterando a indispensabilidade de uma discussão mais aprofundada que possa vir a responder a tais questionamentos. Imprescindível, portanto, em nosso entendimento, estimular o interesse, por parte de outros pesquisadores, por estudos que visem a ampliação de diálogos entre gênero e saúde mental.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BARBOSA, L. B; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. **Mulheres, violência e atenção em saúde mental: questões para (re) pensar o acolhimento no cotidiano dos serviços**. Avances En Psicología Latinoamericana, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 311-322, 20 maio 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v32n2/v32n2a09.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

BARROS, Y. C. G; MELO, G. J. C. **Discurso de ódio no brasil: liberdade de expressão ou intolerância?**. In: encontro de pesquisas judiciárias da escola superior da magistratura do estado de alagoas, 3., /, Alagoas. Anais [...]. Alagoas: Esmal, 2018. p. 174-185. Disponível em: <http://enpejud.tjal.jus.br/index.php/exmpteste01/article/view/374>. Acesso em: 23 out. 2021.

BENTO, A. V. **Investigação quantitativa e qualitativa: dicotomia ou complementaridade?**. Revista Ja [s. l], v. 7, n. 64, p. 1-3, 2012. Disponível em: <http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Investigacaoqualequan.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

BOLSONARO, J. M. **No Acre, Bolsonaro fala em 'fuzilar a petralhada' e enviá-los à Venezuela**. Youtube, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>> Acesso em: 19 nov. 2021.

CAPRA, F. **O Modelo Biomédico**. In: \_\_. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 2005. 447 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. 208 p.

CORTEZ, P. A. et al. **Sexismo, misoginia e LGBTfobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2019.v29n4/e290414/pt/>. Acesso em: 23 out. 2021.

COSTA, M. G. S. G.; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. **Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas**. Estudos de Psicologia (Natal), [S.L.], v. 19, n. 2, p. 145-154, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/qKQ4yVyYYX9kqf7f3LDqWKD/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 23 out. 2021.

COUTO-OLIVEIRA, V. **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência**. 2007. 284 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2862>. Acesso em: 23 out. 2021.

ESCOBAR, P. E. S. **Misoginia e internet**: a manifestação do ódio contra mulheres no ambiente virtual e as possíveis implicações da lei nº 13.642/2018. 2019. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Departamento de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14671>. Acesso em: 23 out. 2021.

FERREIRA, Francisco Romão. **A produção de sentidos sobre a imagem do corpo**. Interface - Comunic., Saúde, Educ, [s. l], v. 12, n. 26, p. 471-483, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KFjLwHL5JHcx3KxBHN4Yr7t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2021.

FREITAS, M. A. **Antropologia e educação escolar**: a educação indígena, o combate à misoginia, à lgbttfobia e à discriminação contra a cultura afro-brasileira. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/RVjV8kqPkxD4PPCgtjhwpp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. Paris: Éditions Gallimard, 1996.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. M. G. S. **A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres**. Escola Anna Nery, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 625-631, set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/XLfNzJBDxsfzzRzqLGj6vpw/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens**. 2019. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens.html>. Acesso em: 23 out. 2021.

LOURO, G. L. **Gênero, História e Educação**: construção e desconstrução. Educação e Realidade, [S/I], v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/71722>. Acesso em: 23 out. 2021.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciências e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2012.v17n3/621-626/pt/>. Acesso em: 23 out. 2021.

ROSA, L. C. S.; CAMPOS, R. T. O. **Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 95, n. 36, p. 648-656, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/PrGFpjNDD6qB97HKzxPmSPf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

SOUZA, T. M. S. **Patriarcado e capitalismo**: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília, v. 15, n. 30, p. 475-494, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5297864>. Acesso em: 23 out. 2021.

TEIXEIRA, J. M. S.; PAIVA, S. P. **Violência contra a mulher e adoecimento mental**: percepções e práticas de profissionais de saúde em um centro de atenção psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2021.v31n2/e310214/>. Acesso em: 23 out. 2021.

TOKARNIA, M. (Brasil). Empresa Brasil de Comunicação. **Após 7 anos em queda, a diferença salarial de homens e mulheres aumenta**. 2020. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-03/apos-7-anos-em-queda-diferenca-salarial-de-homens-e-mulheres>. Acesso em: 23 out. 2021.

VAZQUEZ, A. C. B. **Fascismo e O Conto da Aia**: a misoginia como política de estado. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 597-606, set. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/sRDPf3Vy7nVJDswQ9vc5ftp/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2021.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. **Saúde mental e gênero**: facetas gendradas do sofrimento psíquico. Fractal: Revista de Psicologia, Brasília, v. 27, n. 3, p. 238-246, dez. 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/fractal/a/7ZzRG6HkzvbGYj35qZXNzyP/?format=pdf&lang=pt>>  
Acesso em: 23 out. 2021.

ZANELLO, V; SILVA, R. M. C. **Saúde mental, gênero e violência estrutural**. Revista Bioética, Brasília, v. 20, n. 2, p. 267-279, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19539> Acesso em: 23 out. 2021.